

## **CABO VERDE NO PROGRAMA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PORTUGUÊS ULTRAMARINO – O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (1962-1974)**

VERA FÉLIX MARIZ

Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
[verinhamariz@hotmail.com](mailto:verinhamariz@hotmail.com)

### **Resumo**

A questão do *Império Português* foi, inequivocamente, uma das ideias-chaves do *Estado Novo* (1933-1974), como de resto comprovam, em pontos cronológicos extremos, a inclusão do Acto Colonial de 1930 na Constituição de 1933, e o arrastar da independência da totalidade das colónias portuguesas até muito depois da revolução de 25 de Abril de 1974.

Por outro lado, não podemos deixar de incluir o restauro e a utilização dos monumentos nacionais como extraordinários veículos de propaganda da mensagem nacionalista e imperialista que se pretendia divulgar, como de resto testemunha a atividade da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir de 1929.

Tendo em consideração a importância destas duas ideias – imperialismo e valorização dos monumentos como testemunhos históricos –, seria expectável que, à semelhança do que se verificou na dita Metrópole, entre os anos 30 e 70 do século XX, se tivesse assistido à programação e concretização de um complexo projeto de salvaguarda patrimonial.

Contudo, fruto do desconhecimento, da extensão dos domínios ultramarinos, dos empecilhos burocráticos e de questões financeiras, o que se verificou não foi de todo ao encontro do expectável e tão pouco mimizou o que se passava na Metrópole em termos de intervenção patrimonial.

Em Cabo Verde, como na Guiné, a fragilidade do Governo Central para esta questão, foi, de facto, prejudicial para o património histórico-artístico das ilhas. Contudo, e apesar de, a nível local, nunca ter contando com um organismo responsável pelo património imóvel antes da independência, a conjuntura dos anos 60, como pretendemos demonstrar, originou um crescente de sensibilização e a concretização de uma missão temporária por parte do Arquiteto Luís Benavente, Diretor do Serviço de Monumentos Nacionais.

Deste modo, com esta comunicação pretendemos demonstrar a existência e consistência de um programa de salvaguarda patrimonial em Cabo Verde, isto a partir do ano de 1960, momento em que o Governador da Província, Silvino Silvério Marques, solicitou o estudo e recuperação do património local e, consequentemente, a ida do Arquitecto Luís Benavente.

De facto, Cabo Verde, fruto do interesse do Governo Provincial e dos interesses do governo central, estes últimos relacionados com a necessidade de afirmar a legitimidade da administração portuguesa no arquipélago, tornou-se a segunda experiência de um amplo programa patrimonial iniciado em S. Tomé e Príncipe. Analisemos, deste modo, o trabalho desenvolvido com grandes dificuldades, reflexo dos problemas políticos, económicos e burocráticos, entre os anos de 1962 e 1974, pelo Arquitecto Luís Benavente naquelas ilhas do Atlântico.

**Palavras-chave** Cabo Verde, património arquitetónico, salvaguarda patrimonial, Luís Benavente

\*

A ilha de Santiago do arquipélago de Cabo Verde, descoberta no ano de 1460 por navegadores portugueses liderados pelo genovês António Noli (1415-1497) e por Diogo Gomes (?-c.1502) (Albuquerque, 1991: p.23-39), permanece, atualmente, como um testemunho do processo de expansão nacional iniciada, em 1415, com a conquista de Ceuta. De resto, numa demonstração de eficácia e ancestralidade da herança

portuguesa naquelas ilhas atlânticas, não podemos deixar de elencar os monumentos como, possivelmente, os mais eloquentes testemunhos do sistema português de fixação e desenvolvimento urbano, social, religioso, cultural e político.

Efetivamente, como pretendemos demonstrar através do caso de estudo concreto da igreja de Nossa Senhora do Rosários dos Pretos, o *Estado Novo* (1933-1974) compreendeu perfeitamente a eloquência dos monumentos erguidos naquelas ilhas. Afinal, na ideologia nacionalista e historicista do regime, aqueles fortes, construções civis e religiosas, recordavam, nos anos 60, o então contestado imperialismo português nos territórios ultramarinos.

Todavia, antes de analisarmos as intervenções programadas e concretizadas por um arquiteto ao serviço do regime salazarista, é importante sublinharmos a existência de antecedentes a este nível da recuperação dos monumentos portugueses erguidos em Cabo Verde como forma de legitimação do Presente.

De facto, em 1922, foi publicado no Boletim Oficial da Província de Cabo Verde a Portaria nº40, cujo conteúdo denuncia, de forma inequívoca, a preocupação para com o património arquitetónico e arqueológico daquelas ilhas. Reconhecendo a eloquência dos monumentos como instrumentos que permitem “a ressurreição do passado, evocar glórias pretéritas” (BOLETIM OFICIAL DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE, 1922:p.94), o Governador Filipe Carlos Dias de Carvalho (1868-1934) assumiu, naquele momento, a necessidade de conservação e, não menos importante, de travagem da destruição da Ribeira Grande de Santiago, vulgo *Cidade Velha* (BOLETIM OFICIAL DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE, 1922:p.95). Em termos práticos o diploma proibiu o arrasamento das ruínas da *Cidade Velha*, ficando a Direção de Obras Públicas responsável pela sua conservação; ordenou a organização de uma planta topográfica do mesmo local, com a indicação dos atuais e desaparecidos edifícios; classificou a catedral – igreja do Santíssimo Nome de Jesus – como monumento nacional, proibindo o roubo dos azulejos, que não chegaram até hoje, e incumbindo o prior da freguesia pela sua conservação; autorizou João Baptista Amâncio Gracias, sub-diretor da Fazenda e membro da Academia das Ciências de Lisboa, a desenvolver investigação relacionada com estas questões; anunciou a intenção de criar um museu arqueológico-numismático; e, finalmente, autorizou a consignação de uma verba de 2.000\$, em 1923, para a conservação de monumentos, estudos arqueológicos e criação do museu.

Não obstante a louvável intenção, o desenvolvimento do programa não terá sido o desejado. Isto porque, poucos anos depois, em 1933, o Monsenhor António José de Oliveira Bouças, Deão da Sé de Cabo Verde, escreveu uma carta aberta intitulada de *Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933* na qual condenou a ignorância relativa à *Cidade Velha*, sugerindo, na sequência da portaria de 1922, a criação de uma “comissão de rapazes de boa vontade” (Bouças, 1933:p.7) que fomentassem a sua valorização.



**Figura 1.** Vista parcial da Ribeira Grande de Santiago a partir da Fortaleza Real de S. Filipe.  
Vera Mariz, 2012

Já mais tarde, em plena Ditadura Civil, encontramos nos orçamentos da receita ordinária e extraordinária da província para os anos de 1959, 1960, 1961 e 1962, verbas destinadas às obras de restauro da Fortaleza de S. Filipe e à conservação de monumentos de uma forma geral. No ano de 1959, como que em resposta ao apelo do Monsenhor Bouças, o Governo voltou a sublinhar a sua intenção de promover a conservação e restauro da *Cidade Velha*, sendo que desta vez foi mais longe, nomeando um grupo de trabalho responsável pelo estudo e valorização das ruínas, estudo urbanístico, produção de um guia e reflexão/proposta de medidas que valorizassem o conjunto do ponto de vista turístico (BOLETIM OFICIAL DE CABO VERDE, 1959: p.537).

Apesar destes laivos de consciência patrimonial, seja por parte de cidadãos comuns, de clérigos ou do Governo, a verdade é que a conjuntura dos anos 60, como veremos, originou um crescente de sensibilização e a concretização de uma missão temporária por parte do arquiteto Luís Benavente (1902-1993), Diretor do Serviço de Monumentos Nacionais na Metrópole. Afinal, datam destes anos 60 importantes acontecimentos de cariz político-social, cuja desacreditação far-se-ia, também, através da recuperação de alguns dos símbolos materiais da ancestralidade da administração portuguesa em Cabo Verde. Referimo-nos ao facto de, durante aquela década, o movimento para a independência das ilhas em causa encontrar-se revestido de

uma força sem precedentes, datando, por exemplo, de 1960 a petição enviada pelo PAIGC ao governo português, e de 1961 a carta aberta de Amílcar Cabral (AFONSO, 1993: p.344). Na ausência de resposta do regime e, conseqüentemente, com a continuidade da política colonial portuguesa, assistimos a um notório escalar de violência, marca da segunda fase de luta do movimento independentista da Guiné e Cabo Verde.

Simultaneamente, há que ter em consideração o facto do ano de 1960 ter ficado marcado, numa leitura triunfalista da história, pelas celebrações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e pelo V Centenário da Descoberta das ilhas de Cabo Verde, efemérides que colocaram a tónica na ancestralidade da presença portuguesa e, conseqüentemente, nos testemunhos materiais mais grandiloquentes dessa herança: os monumentos.

Foi, pois, precisamente neste momento que o Governador da Província, Silvino Silvério Marques (1918-) (Benavente, 1962) solicitou ao arquiteto Luís Benavente, então Diretor do Serviço de Monumentos Nacionais mas, simultaneamente, ao serviço do Ministério do Ultramar, que se deslocasse à ilha de Santiago com o objetivo de estudar os monumentos daquela ilha e da Boavista, e de criar legislação protetora daquele património (Benavente, 1962).

De modo a ilustrar a natureza da campanha do arquiteto Luís Benavente em Cabo Verde, analisemos o caso do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Ribeira Grande da ilha de Santiago.

Entendendo a Ribeira Grande como a primeira cidade organizada pelos portugueses no Ultramar, não é de estranhar a inclusão do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, considerada o templo mais antigo do arquipélago e, como tal, testemunho da obra de missão portuguesa, no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver por Benavente em Cabo Verde, dois anos após a celebração do V Centenário da Descoberta das ilhas.

Não obstante a relevância da sua longevidade, existe outro dado que se reveste da maior importância para compreendermos a intervenção neste templo. Afinal, conforme deu conta o arquiteto Luís Benavente aquando da sua chegada à Ribeira Grande em 1962, a igreja supra citada seria não só a mais antiga mas, também, a única cujo estado de conservação permitira a continuidade da sua abertura ao culto (Benavente, 1969). Todavia, como é possível dar conta pelo levantamento realizado pelo arquiteto, bem como pelas fotografias da época, neste momento a torre sineira estava parcialmente destruída e totalmente descoberta, o altar-mor era constituído por lápides sepulcrais emparelhadas “patenteando ainda caracteres de escrita bastante anterior à falta de respeito na realização de uma obra desta natureza” (Benavente, 1969), o flanco esquerdo do templo encontrava-se pressionado por pedra e entulho que caíra da escarpa vizinha ao longo dos anos, uma enorme pedra estava caída sobre a preciosa abóbada da capela tardo-gótica, e o interior estava manifestamente desfalcado em termos da cobertura azulejar. Assim, a singela igreja acabou por ser, a

par do pelourinho da Ribeira Grande (Mariz, 2012: p. 225-248), o primeiro objeto de estudo do arquiteto Luís Benavente em Cabo Verde.



**Figura 2.** Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Ribeira Grande de Santiago.  
Vera Mariz, 2012.

Debruçando-nos sobre a intervenção de Luís Benavente nesta igreja ultramarina, denotamos, desde cedo, um grande rigor da abordagem, estando o arquiteto preocupado com a totalidade de aspetos que fazem da igreja de Nossa Senhora do Rosário aquilo que é, isto conforme dão conta as intenções de, após o levantamento à escala 1/100 previamente efetuado, proceder, igualmente, à limpeza e organização do espaço circundante. Deste modo, a par do levantamento inicial, o arquiteto considerou fundamental a remoção de todo o entulho que, ao longo dos séculos, foi caindo da encosta e depositando-se junto da torre

e fachada, bem como o contacto com os proprietários das bananeiras que ocupavam o adro da igreja, no sentido destas serem transplantadas, deixando, assim, a igreja respirar.



**Imagem 3.** Interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.  
Vera Mariz, 2012

No entanto, apesar deste fulgor inicial motivado pela antiguidade e simbolismo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, os critérios económicos sobrepuseram-se e o projeto de restauro acabou por não ter a aplicação imediata que se esperava. Na verdade, segundo indicação do Governador Leão Sacramento Monteiro (1886-1972) em 1968, deu-se prioridade aos trabalhos de restauro da capela de S. Roque, tão somente porque esta é de “pequenas dimensões e portanto de reduzido custo” (Benavente, 1968), enquanto a obra na igreja de Nossa Senhora do Rosário seria “de maior vulto e dispêndio” (Benavente, 1968). Efetivamente, no programa de dotações para a recuperação dos monumentos nacionais de Cabo Verde, o arquiteto Luís Benavente calculou que o total da investigações e intervenções necessárias para a recuperação da igreja em causa, ascenderia aos 430.000\$00, verba que só seria ultrapassada pelo restauro da manifestamente maior Fortaleza Real de S. Filipe (Benavente, 1967). Ainda assim, no ano de 1969, o projeto de restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi retomado. Nesta ocasião e até 1974, ano da queda regime salazarista, do



exterior para o interior, procedeu-se à limpeza do adro e do espaço circundante, afastando-se as pedras que, ao longo do tempo, foram caindo da escarpa vizinha ao templo; completou-se a torre sineira, órfã de parte da sua face frontal e da totalidade da parede esquerda, ainda que não se tenha concluído a cobertura pensada para ser executada num formato piramidal, à semelhança de outras da mesma época; limpam-se e/ou substituíram-se os rebocos exteriores manchados pela ação do tempo, mas sem efeito conclusivo; partiu-se à marreta a pedra que, há cerca de cem anos, caíra da montanha vizinha e ameaçava a abóbada nervurada tardo-gótica; arrancou-se azulejo de modo a compreender a forma como este se adossava à parede; arrancaram-se as grades das janelas, cujo destino seria um museu nunca criado; e, finalmente, consolidou-se o tecto, intervindo-se no madeiramento e nas telhas existentes.

Um dos aspetos referentes à metodologia de trabalho e teoria de restauro apresentados, defendidos e praticados pelo arquiteto Benavente, merece, na nossa opinião, destaque, uma vez que testemunha o carácter trans-memorial e trans-contemporâneo desta igreja. Afinal, não obstante a sua importância enquanto ativo centro espiritual ao longo dos séculos, ou testemunho da evolução estilística da arquitetura, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi, também, escola de obras. Isto porque, do ponto de vista do arquiteto, esta obra de restauro deveria servir “como escola para a formação de equipe [sic] de mão de obra para os trabalhos de restauro a realizar na Província” (Benavente, 1969). Deste modo, trabalhando, por exemplo, nas alvenarias necessárias, os habitantes locais estariam, diretamente, a dar continuidade aos trabalhos iniciados há muitos séculos pelos seus antepassados, os mesmos que construiriam e mantiveram este singelo templo da Ribeira Grande da ilha de Santiago.

Ainda assim, temos a necessidade de referir que os trabalhos de restauro não foram totalmente concluídos durante esta missão desempenhada, entre 1962 e 1974, pelo arquiteto Benavente. De facto, comparando os projetos gizados e aquilo que podemos considerar como obra final, apesar da cantaria das sineiras da torre exterior ter sido concluída, a cobertura da mesma não o foi. A este propósito, não deixa de ser interessante observar o facto do próprio arquiteto ter reconhecido, em 1969, a dificuldade desta questão (Benavente, 1969), provavelmente devido à inexistência de documentação auxiliar referente à época de construção deste elemento, ficando sujeita a estudos mais aprofundados. Além da cobertura da torre sineira, o arranque e organização das lápides sepulcrais, encontradas no interior e exterior da igreja servindo de altar-mor ou escadaria, também não se concretizou na totalidade, e tão pouco o início de um repositório para um futuro Museu Lapidar e Arqueológico (Benavente, sem data).

Outra questão interessante, relativa à abordagem deste restauro, prende-se com a cobertura azulejar policromada, em azul, amarelo e branco. De facto, quando o arquiteto responsável se deparou com a igreja em estudo, sabemos, por descrição do próprio, que os painéis se encontravam incompletos, possuindo “grandes faltas que devem vir de longa data” (Benavente, 1970), motivo pelo qual a Fábrica e Faianças e

Azulejos Sant'Anna, de acordo com amostras dos originais, executou catorze mil trezentos e setenta e cinco azulejos num valor de 190.700\$80 (Benavente, 1972).



**Figura 4.** Contraste entre os azulejos produzidos nos anos 60 e os originais.  
Vera Mariz, 2012.

No entanto, conforme damos conta pelas fotografias da época e atuais, a verdade é que, não obstante as falhas, a igreja de Nossa Senhora do Rosário estaria, no seu interior, totalmente coberta por azulejos, situação que não foi mantida após o destacamento e recolocação destes elementos, cuja distribuição alcança, apenas, a meia altura das paredes laterais, da fachada e acesso ao altar-mor. Não podemos, igualmente, falar de uma cópia do padrão existente, uma vez que aquele montado nos anos 60 não corresponde, pelo menos na totalidade, ao pré-existente, derivando, na nossa opinião, de uma má montagem ou de alguma liberdade de projeto (Mariz, 2012).

Entrando nos momentos finais desta comunicação, é necessário termos em consideração que, se por um lado, o regime salazarista imbuído da sua ideologia nacionalista e colonial procurou, em períodos de contestação, sublinhar a legitimidade da presença portuguesa nos territórios ultramarinos através da recuperação e valorização do património histórico-artístico, eloquentes testemunhos memoriais de uma história secular, situação semelhante teve lugar após a independência daqueles locais.



Na verdade, assumindo o significado dos monumentos portugueses como algo mais que construções mais ou menos modestas, os movimentos independentistas procuraram, também eles, justificar as suas pretensões através de ações que envolveram, de forma evidente, o património material. Assim se explica, por exemplo, a destruição ou desaparecimento, em 1975, do monumento ao Infante D. Henrique de Maputo, a deslocação da estátua de Sá da Bandeira da Praça Nova do Mindelo, a remoção das estátuas de Diogo Gomes, Nuno Tristão e Honório Barreto de Bissau, o desaparecimento da estátua de Luís de Camões no Lobito, a deslocação da estátua de Vasco de Gama na Ilha de Moçambique, o apeamento do monumento a António Ennes em Maputo, entre outros casos (Loureiro, 2002).

Contudo, durante as lutas pela independência lideradas pelo PAIGC e, mesmo, após o final da submissão de Cabo Verde a Portugal a 5 de Julho de 1975, o património construído de origem portuguesa não foi, neste arquipélago, alvo de destruição significativa.

Neste sentido, resta referir que após o programa de restauro aplicado segundo a orientação do arquiteto Luís Benavente, a igreja de Nossa Senhora do Rosário na Ribeira Grande voltou a ser intervencionada já no século XXI. Estes novos trabalhos de restauro surgiram integrados na terceira fase de trabalhos do *Proyecto de Desarrollo sostenido integral de Cidade Velha* (PLADESVELHA) traçado pela Cooperação Espanhola em Cabo Verde, a partir do ano de 2000. Esta intervenção levanta, também ela, vários problemas, nomeadamente ao nível do pavimento do interior da igreja. Isto porque, o pavimento, bem como as lajes sepulcrais que marcam o centro do espaço, terão sido levantados para, posteriormente, voltarem a ser recolocados, acrescentando-se outras lajes (Brito, 2012: p.119-120) sem qualquer critério, como de resto se depreende pelo facto da orientação de uma delas estar invertida em relação às restantes. Por outro lado, as lajes sepulcrais que, lamentavelmente, servem de escadaria de acesso ao adro foram mantidas, num gesto de clara insciência para com o valor das mesmas.

Ainda assim, esta intervenção, bem como as anteriores, culminaram num momento fundamental para a história do local: a proposta de classificação da *Cidade Velha*, no ano de 2008, para Património Mundial. De facto, a igreja de Nossa Senhora do Rosário fez parte, evidentemente, da proposta submetida à UNESCO em Janeiro de 2008, sendo descrita como: “L’église Notre-dame do Rosário est certainement le plus ancien bâtiment de Ribeira Grande encore sur pied et renferme un des rares exemples d’architecture gothique en Afrique subsaharienne (coupole de la chapelle latérale, photo 66). Cette splendide chapelle de style manuelin constitue l’élément fondateur de l’église. Sa clef de voûte possède une estampille représentant la croix de la couronne royale portugaise. L’église, dont le corps principal a été construit dès 1495, repose sur un promontoire qui domine la rue Carrera. Cette église n’a jamais perdu sa vocation et rassemble toujours la population de Cidade Velha pour les messes hebdomadaires. Son état de conservation est exceptionnel.” (Carvalho, 2008: p.31).



**Imagem 5.** Pormenor das lajes sepulcrais que servem de degraus de acesso ao adro da igreja.  
Vera Mariz, 2012.

Concluindo, consideramos que nesta proposta à UNESCO o valor artístico e histórico da igreja foi, justamente, valorizado pela inegável antiguidade da capela lateral tardo-gótica, ainda que, na nossa opinião, a par da classificação do seu estado de conservação como excelente, se devesse ter feito referência aos restauros dos quais a mesmo foi objeto.

Ainda assim, a *Cidade Velha* foi, com mérito, classificada Património Mundial, sublinhando-se, na avaliação da proposta submetida por Cabo Verde a indubitabilidade da sua autenticidade, para a qual terá contribuído o restauro da igreja em estudo, coordenado por Luís Benavente, “carried out with a degree of respect for authenticity wich has been judged to be mediocre” (UNESCO, 2009: p.32). Esta classificação realizada pelo ICOMOS em 1992, segundo nos parece, tendo em consideração as parcas informações conhecidas à época (e mais recentemente) do processo de restauro em causa, afigura-se excessivamente negativa. A propósito desta questão, a própria UNESCO defende que “it must be admitted that this save the monuments from definitive ruin.” (UNESCO, 2009: p.32).

Para terminar, parece-nos fundamental sublinhar o facto do restauro levado a cabo pelo arquitecto Luís Benavente, entre os anos de 1962 e 1974, segundo não apenas os preceitos da época mas, também, preconizando princípios universalmente consagrados, ter contribuído, inegavelmente, para a valorização do património histórico-artístico de Cabo Verde.

A consagração da *Cidade Velha* como Património Mundial é, sem dúvida, a derradeira demonstração da importância do projecto traçado por Luís Benavente que foi, de resto, o primeiro a propor a classificação do conjunto como monumento nacional (Benavente, 1971).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, A. 1993. "O fim dos impérios coloniais". *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora. Ediclube.
- ALBUQUERQUE, L., SANTOS, M. E. M., coord. 1991. *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.
- BENAVENTE, L. 1962. "Descrição rápida da missão do Arquitecto Luís Benavente a Cabo Verde". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 71, Pasta 493, Documento 3.
- 1967. "Relatório acerca dos monumentos de Cabo Verde". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 71, Pasta 493, Documento 11.
- 1968. "Carta de Luís Benavente". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 94, Pasta 605, Documento 21.
- 1969. "Relatório acerca da salvaguarda e protecção do património de Cabo Verde". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 98, Pasta 639, Documento 15.
- 1969. "Memória Descritiva". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 67, Pasta 459, Documento 48.
- 1970. "Existência de azulejaria portuguesa nos monumentos do Ultramar". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 152, Pasta 1221, Documento 1.
- 1971. "Processo para a classificação da Antiga Cidade da Ribeira Grande". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 116, Pasta 777, Documento 13.
- 1972. "Factura da fábrica de Faianças e Azulejos Sant'Anna". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 117, Pasta 800, Documento 21.
- s/d. "Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago". Fundo Luís Benavente, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Caixa 105, Pasta 675, Documento 40.
- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde* nº14, 8 e Abril de 1922. Série I.
- Boletim Oficial de Cabo Verde* nº36, 5 de Setembro de 1959. I Série.

- 
- BOUÇAS, J. de O. 1933. *Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*. Praia. Minerva de Cabo Verde.
- BRITO, M. R. 2012. *Reconversão Patrimonial do sítio histórico – Cidade Velha, Património Mundial – Interpretação da Fortaleza Real de S. Filipe*. Praia. Universidade de Cabo Verde.
- LOUREIRO, J. 2002. *Património e Memória – Facetas relevantes de Portugal no Mundo*. Disponível em ([http://www.alamedadigital.com.pt/n1/patrimonio\\_e\\_memoria.php](http://www.alamedadigital.com.pt/n1/patrimonio_e_memoria.php)) (último acesso a 01/2013)
- MARIZ, V. 2012. “O restauro do pelourinho da *Cidade Velha – Cabo Verde (1962-1970)* – Um processo de legitimação e consagração da memória”. *Africana Studia*. pp.225-248.
- 2012. “A salvaguarda da azulejaria portuguesa ultramarina (1958-1974)”. *Azulejar 2012*, 10p.
- UNESCO. 2009. *Advisory Body Evaluation – Cidade Velha*.  
Disponível em ([http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/1310.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1310.pdf)) (último acesso em 01/2013)